

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
BACHARELADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

Bruna Pires Dos Santos

REVISÃO DOS ESTUDOS SOBRE INFÂNCIA NA ANTROPOLOGIA

Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel(Trabalho de Conclusão de Curso).
Orientador: Cristina Dias da Silva

Juiz de Fora
2022

DECLARAÇÃO DE AUTORIA PRÓPRIA E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO

Eu, **Bruna Pires Dos Santos**, acadêmico do Curso de Graduação Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Juiz de Fora, regularmente matriculado sob o número 201973072A, declaro que sou autor do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado **REVISÃO DOS ESTUDOS SOBRE INFÂNCIA NA ANTROPOLOGIA**, desenvolvido durante o período de 18 de abril de 2022 a 09 de agosto de 2022 sob a orientação de Cristina Dias da Silva, ora entregue à UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (UFJF) como requisito parcial a obtenção do grau de Bacharel, e que o mesmo foi por mim elaborado e integralmente redigido, não tendo sido copiado ou extraído, seja parcial ou integralmente, de forma ilícita de nenhuma fonte além daquelas públicas consultadas e corretamente referenciadas ao longo do trabalho ou daquelas cujos dados resultaram de investigações empíricas por mim realizadas para fins de produção deste trabalho.

Assim, firmo a presente declaração, demonstrando minha plena consciência dos seus efeitos civis, penais e administrativos, e assumindo total responsabilidade caso se configure o crime de plágio ou violação aos direitos autorais.

Desta forma, na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Juiz de Fora a publicar, durante tempo indeterminado, o texto integral da obra acima citada, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação do curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas e ou da produção científica brasileira, a partir desta data.

Por ser verdade, firmo a presente.

Juiz de Fora, 18 de agosto de 2022.

Bruna Pires Dos Santos

Marcar abaixo, caso se aplique:

Solicito aguardar o período de () 1 ano, ou () 6 meses, a partir da data da entrega deste TCC, antes de publicar este TCC.

OBSERVAÇÃO: esta declaração deve ser preenchida, impressa e **assinada** pelo aluno autor do TCC e inserido após a capa da versão final impressa do TCC a ser entregue na Coordenação do Bacharelado Interdisciplinar de Ciências Humanas.

REVISÃO DOS ESTUDOS SOBRE INFÂNCIA NA ANTROPOLOGIA

Bruna Pires dos Santos¹

RESUMO

Este trabalho pretende dialogar com as ideias de outros pesquisadores sobre diferentes questões apresentadas e relacionadas com o ser criança. Este que possui um universo repleto de características pertinentes para a sociedade de modo geral, e principalmente para as pessoas que convivem com elas. Entender melhor sobre esta socialização infantil e sobre o modo com que as próprias crianças possuem também a capacidade de ensinar é simplesmente fascinante. Elas possuem uma imaginação demasiadamente fértil e são capazes de aprender com demasia facilidade. Limitá-las ao ambiente escolar é um desperdício em todos os sentidos, a escola possui sim seu papel fundamental, embora não de maneira única e exclusiva. A criança é um ser de múltiplas interpretações e é inviável considerá-las como um todo, sendo que cada uma possui sua singularidade própria. A infância é considerada a idade de grande facilidade no quesito aprendizagem, como já mencionado, mas possui destaque na área da informática e suas tecnologias. Neste texto encontram-se as questões apresentadas por autores de relevância nesse âmbito.

PALAVRAS-CHAVE:

O ser criança. Socialização infantil. Imaginação fértil. Ambiente escolar. Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

A observação da infância em um viés histórico

Philippe Ariès, historiador, dedicou-se aos estudos relacionados à criança e família, em seu livro intitulado “história social da criança e da família”. Neste, logo ao início do livro Ariès diz possuir duas teses, sendo a primeira referindo-se à velha sociedade tradicional e a segunda pretende mostrar o lugar assumido para a criança e a família em nossas sociedades industriais.

Sua primeira tese, dizendo a respeito sobre a velha sociedade tradicional, por sua vez, via mal a infância e pior ainda o adolescente. A duração da infância era reduzida ao seu período mais frágil, da criança menor. Sem passar pelas etapas de juventude, a criança pequena logo se tornava um homem jovem, que segundo ele talvez fossem praticadas antes da Idade Média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje. A socialização da criança não era, portanto nem asseguradas nem controladas pela família. A criança aprendia as coisas que precisavam saber a partir do convívio e do auxílio que davam aos adultos. Ele ainda retrata a questão de que seria muito breve e insignificante o período da passagem da criança pela família, para que tivesse tempo de forçar a memória e tocar a sensibilidade. Contudo a “paparicação” termo usado pelo autor ocorria somente para as criancinhas em seus primeiros anos de vida, enquanto as mesmas eram consideradas para as pessoas de modo engraçadinhas e as divertiam como com um animalzinho. A mortalidade infantil era alta, mas a natalidade também, e isso produzia uma certa imagem da infância, era mais curta. A família antiga não tinha função afetiva, seguindo o que o autor relata “o sentimento entre os cônjuges, entre os pais e os filhos, não era necessário à existência nem ao equilíbrio da família: se ele existisse, tanto melhor”. Fica evidente que este ambiente se difere muito do modelo atual, e a preocupação dos pais para com seus filhos era inexistentes. Neste trecho ele demonstra tudo isso nitidamente:

As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizados portanto fora da família, num “meio” muito denso e quente, composto de vizinhos, amigos, amos e criados, crianças e velhos, mulheres e homens, em que a inclinação se podia manifestar mais livremente. As famílias conjugais se diluíam nesse meio. Os historiadores franceses chamariam hoje de “sociabilidade” essa propensão das comunidades tradicionais aos encontros, às visitas, às

¹Graduando em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF. E-mail:14390719696@estudante.uff.br Artigo apresentado ao Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Humanas como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel. Orientador: Cristina Dias da Silva

festas. É assim que vejo nossas velhas sociedades, diferentes ao mesmo tempo das que hoje nos descrevem os etnólogos e das nossas sociedades industriais. (Ariès 1960, p.11)

Por conseguinte, isso conclui sua primeira tese, essa foi à interpretação do autor sobre as sociedades tradicionais. A segunda pretende mostrar o lugar assumido para a criança e a família em nossas sociedades industriais. Ele aponta que:

De uma forma definitiva e imperativa a partir do século XVII, uma mudança considerável alterou o estado de coisas que acabo de analisar. Podemos compreendê-la a partir de duas abordagens distintas. A escola substituiu a aprendizagem como meio de educação. Isso quer dizer que a criança deixou de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente, através do contato com eles. A despeito das muitas reticências e retardamentos, a criança foi separada dos adultos e mantida à distância numa espécie de quarentena, antes de ser solta no mundo. Essa quarentena foi a escola, o colégio. Começou então um longo processo de enclausuramento das crianças (como loucos, dos pobres e das prostitutas) que se estenderia até nossos dias, e o qual se dá o nome de escolarização. (Ariès 1960, p 11)

Toda essa mudança pode ser interpretada como uma das faces do grande movimento de moralização dos homens promovido pelos reformadores católicos ou protestantes ligados à Igreja, às leis ou ao Estado. Nada disso teria sido realmente possível sem a cumplicidade sentimental das famílias. O ambiente familiar tornou-se o lugar de uma afeição necessária entre os casais e entre pais e filhos, essa afeição iniciou através da importância que a educação passou a atribuir. Os pais passaram a se interessar pelos estudos dos filhos. Philippe Ariès conclui:

A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar uma tal importância, que a criança saiu de seu antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor, que ela não pôde mais ser reproduzida muitas vezes, e que se tornou necessário limitar seu número para melhor cuidar dela. Portanto, não surpreende que essa revolução escolar e sentimental tenha sido seguida, com o passar do tempo, de um malthusianismo demográfico, de uma redução voluntária da natalidade, observável no século XVIII. Tudo isso está ligado. (Ariès 1960, p 12)

O autor finaliza esta parte considerando que a polarização da vida social no século XIX em torno da família e da profissão, e o desaparecimento da antiga sociabilidade

De um ponto de vista histórico podemos dizer que a criança era vista como um ser irracional que gerava assim um sentimento de inutilidade. No panorama do viés “adultocêntrico”, citado pela antropóloga Antonella Tassinari, a criança é observada como um não adulto e isso resulta em questões consideradas irrelevantes. Contudo, a partir do final do século XX, veio se consolidando internacionalmente alguns paradigmas de estudos relacionados a este assunto. Trabalhos realizados, a partir de diversos autores, girando em torno das áreas como história, antropologia, psicologia, pedagogia e educação, baseados nestes, adquiriram a percepção da desnaturalização da infância e das etapas do desenvolvimento infantil.

Alguns estudos, como os citados especialmente neste trabalho, resultam na relevância antropológica sobre o tema. As crianças são plurais, mas em cada contexto, ambiente e idade específica possuem sua singularidade. Dentro da perspectiva antropológica, a infância é tratada como uma construção social, as crianças são plenamente capazes de produzir sua própria sociabilidade. Este universo infantil é riquíssimo e quando observado a fundo é remetido o fato de que as próprias crianças possuem o poder de ensinar demasiadamente os adultos. Foi defendida por Lawrence Hirshfeld, a ideia de que as crianças têm capacidades cognitivas ou uma “arquitetura mental” que lhes permite compreender o mundo em que vivem de uma forma mais acurada que os adultos. Isso faz com que as crianças aprendam muito mais do que aquilo que os adultos lhes ensinam deliberadamente. Estas possuem uma enorme facilidade em adquirir conhecimento, por exemplo, na parte da parafernália informática e tecnológica que absorvem o conhecimento rapidamente.

Neste trabalho apresento um pouco da abordagem antropológica sobre a infância, dentro da qual, a capacidade das crianças expressarem aquilo que já está naturalizado pelos adultos tende a ser um ponto forte

para a pesquisa, isto é, elas tendem a explicitar aquilo que os adultos não explicitam mais. Em observações feitas por Tassinari, repara que quando a criança se encontra presente em ambientes com muitos adultos, eles tendem a pensar melhor o que falar e isso remete a questão de assim se tornarem medidoras de moralidade, pois não é qualquer coisa que deve ser dita perto da presença de um pequeno.

A criança não deve ser limitada ao espaço escolar, visto que faz parte da sociedade de modo geral e a presença dela enriquece o convívio em sociedade. A criança possui participação indiretamente em um fator altamente relevante na comunidade capitalista, ela é considerada também um ser influenciável ao consumo. Sendo assim, as crianças são observadas com uma mentalidade mais fácil de “manipulação” e com os meios midiáticos influenciadores qualificados, conseguem facilmente chamar atenção destas que por sua vez conseguem o poder de compra a partir de seus pais (evidentemente isso acontece em determinadas classes sociais). É possível mencionar o fato de que pais ausentes procuram recompensar a sua falta física e de tempo para com seus filhos através de bens materiais.

No panorama etnográfico, da antropóloga Allison James e do sociólogo Alan Prout a criança também é produtora de sua própria cultura e socialização. O ato de brincar e passar esta brincadeira para as demais crianças acontece com espontaneidade. Cada interpretação da brincadeira é única e pode haver um toque pessoal em cada uma delas, modificando-a assim, mas sem perder as suas características principais. Neste âmbito, é tratado neste trabalho, na perspectiva das autoras Emilene Leite e Flávia Pires, a relação do desenho para com as crianças. Este é considerado um ato de aproximação dos adultos para com elas, aqui está o universo imaginário delas e todas as riquezas que tudo isso pode possuir. O inimaginável se torna real quando retratado no papel, uma fonte de frutíferas análises e considerações.

A capacidade que a criança possui de ensinar o adulto

Ao observar às pesquisas da antropóloga Antonella Tassinari, com foco em seu trabalho “O que as crianças têm a ensinar a seus professores?”, riquíssimo em detalhes e em diversas experiências, a autora traz um diálogo frutífero afirmando a tese de que a criança possui uma imensa capacidade de adquirir conhecimento com facilidade. E ela por sua vez, possui uma percepção de mundo mais aguçada que dos adultos que vivem suas vidas quase de maneira automática e com pressa do dia a dia. Ela observa e aprende aquilo que está implícito e o que já é naturalizado na sociedade em que vivem. O que se difere do tradicional paradigma, de que as crianças sabem menos, vivem num mundo fantasioso, não estão preparadas e não têm a contribuir para as questões “sérias” da realidade, sendo esta considerada a idade da inocência ludicamente construída.

Tassinari discorre também sobre a perspectiva da antropóloga Allison James e o sociólogo Alan Prout (Tassinari apud, 2011 James e Prout, 1990), para afirmar que, a criança é um ser social, ela produz cultura. Para eles existem seis princípios que embasam esses novos estudos do paradigma sobre a infância nesta observação, sendo assim:

1. A infância deve ser entendida como construção social, fornecendo assim um quadro interpretativo para os primeiros anos da vida humana. A infância, por oposição à imaturidade biológica, não é nem uma característica natural nem universal dos grupos humanos, mas aparece como um componente específico estrutural e cultural das várias sociedades.
2. A infância deve ser considerada como variável de análise social, tal como gênero, classe ou etnicidade, pois estudos comparativos revelam mais uma variedade de “infâncias” do que um fenômeno único e universal.
3. As relações sociais e a cultura das crianças são merecedoras de estudo em si mesmas, independentemente da perspectiva e dos interesses dos adultos.
4. As crianças devem ser vistas como ativas na construção e determinação de sua própria vida social, nas dos que as rodeiam e na da sociedade na qual vivem. As crianças não são apenas sujeitos passivos de estruturas e processos sociais.
5. A etnografia é um método particularmente útil ao estudo da infância. Permite à criança participação e voz mais diretas na produção de dados sociológicos do que normalmente é possível por meio das pesquisas experimentais.
6. A infância é um fenômeno em relação ao qual uma dupla hermenêutica das ciências sociais está presente, ou seja, a proclamação do novo paradigma da sociologia da infância também deve incluir e responder ao processo de reconstrução da infância na sociedade.

Neste âmbito, como conclui Tassinari (2011), os novos estudos revelam aspectos de contextos sócioeconômicos diferenciados, apresentando outras formas de serem crianças. Como ela cita, há pesquisas sobre crianças em ambientes urbanos e escolarizados que possuem fortes traços de racismo, violência e preconceito, que os adultos preferem silenciar.

A autora cita o antropólogo Lawrence Hirshfeld que em seus estudos sobre a compreensão das cores na psicologia cognitiva, com as crianças norte-americanas, percebe que as crianças classificam as cores hierarquicamente, por exemplo, a cor branca sendo superior a preta, e observado por ele, que este fato é relacionado também às questões morais, deste modo a cor branca sendo associada a aspectos positivos e a cor preta a negativos, maléficis ou até mesmo perigosos. Contudo, nos estudos semelhantes feitos com adultos este fato não aparece. Em suma, o autor considera relação à aprendizagem de princípios racistas, demonstrando como as crianças expressam e aprendem aquilo que já está naturalizado. Segundo ele, as crianças tendem a aprender e a expressar aquilo que os adultos não explicitam mais ou que elas apresentam uma sabedoria que os adultos já não possuem mais, “a crianças é sábia em aprender”.

Uma referência a isso, apresentada por Norbert Elias sociólogo alemão cuja produção teórica se insere no século XX, em seu livro “o processo civilizador”, a perspectiva da obra é uma teoria sobre os processos civilizadores que representam de maneira geral alteração no comportamento humano tanto pelo controle social, quanto pelo controle individual. Este processo transmite ao indivíduo normas e regras sociais na forma de autorregulação e autocontrole dos objetos e das funções corporais. Em sua visão a sociedade é composta por uma grande dinâmica, porque várias trocas simbólicas estão acontecendo a todo o momento, entre vários grupos que possuem suas próprias teias e suas próprias configurações.

Outro exemplo citado por Tassinari (2011) é o trabalho de Florestan Fernandes realizado em 1940, entre crianças de São Paulo do bairro Bom Retiro. Fernandes foi pioneiro no Brasil ao dar importância aos estudos relacionados à cultura infantil Ele tinha o intuito de realizar estudos sobre o “folclore nos grupos infantis”. Este grupo de crianças, chamados “trocinhas” (eram filhos de imigrantes), ao descrever a realidade das crianças, Fernandes constata que as “brincadeiras eram fundamentais para a socialização das crianças nesse cenário social que era novo para as suas famílias”. É relevante apontar que além de tudo, as crianças auxiliavam a interação de seus familiares (adultos) nesse novo contexto que estavam inseridos. Seguindo as ideias da autora:

Um aspecto importante deste trabalho é mostrar que as culturas infantis são elaboradas com elementos das culturas adultas e associadas a um repertório próprio das crianças, sendo assim, a “as culturas infantis não desconhecem o universo adulto mas, ao contrário, dialogam com ele. Por exemplo, nas “trocinhas do Bom Retiro”, os meninos de família abastada tinham menos status e dificuldades de inserção, eram os “mariquinhas”. Essa inversão da hierarquia adulta revela uma regra própria da cultura infantil, mas não significa que as crianças ignoram a hierarquia adulta. Ao contrário, as crianças têm domínio das duas regras. Por essa razão, ao socializarem-se por meio das culturas infantis, permitem também a socialização de suas famílias nas culturas adultas. Os dois exemplos acima apresentam contextos em que a socialização das crianças se dá fora do ambiente escolar. Esses exemplos são úteis para questionarmos nossa visão fortemente centrada na importância da escola como única instituição legítima para a inserção saudável das crianças na vida social. Esses outros contextos nos permitem perceber o quanto a rotina escolar é também segregadora, por apartar a presença infantil dos contextos adultos de sociabilidade e, dessa forma, o quanto também pode ser instrumento que dificulta a inserção plena das crianças na vida social. (2011, p. 10).

Tudo isso, demonstra a importância que as crianças possuem no seio da sociedade, não apenas em um ambiente escolar. Elas possuem relevância para o debate sociológico em si. No interior desta perspectiva sociológica, o autor traz consigo a ideia de que essa cultura é uma categoria de análise que permite compreender e investigar os processos de inserção e socialização da criança, diante do exposto, permite entender os valores, os comportamentos e os hábitos que pertencem a este âmbito que se torna como uma espécie de referência. Tais trabalhos realizados foram de demasiada contribuição para a compreensão da cultura infantil.

A autora procurou apresentar ideias diferentes daquelas advindas de certa bolha adultocêntrica e/ou confinadas a ambientes escolares. Em sua observação, as crianças são sujeitos plenos e produtores de sua sociabilidade. Ela encerra sua reflexão desta maneira: “quando sabemos que as crianças participam forçosamente de todas as esferas da vida social, temos obrigatoriamente que mudar nossa conduta. Ao observarmos esses outros contextos sociais,

percebemos que a presença constante das crianças é também um fator que reforça os princípios sociais de moralidade” (O que as crianças têm a ensinar seus professores? 14). Dessarte é perceptível que as crianças possuem falas e atitudes podem sim revelar aspectos imperceptíveis e naturalizados pelos adultos, como exemplo disso a facilidade que as crianças possuem no âmbito da informática, com isso ela conclui mais uma vez, é relevante os adultos se colocarem no papel de aprendizes perante os pequenos que são sábios em aprender. Remetendo a importância de repensar a noção de geração e suas conexões.

A importância dos desenhos na concepção antropológica

Já no panorama do artigo publicado pelas autoras Emilene Leite e Flávia Pires (2021), intitulado “Entendeu ou quer que eu desenhe? Os desenhos na pesquisa com crianças e sua inserção nos textos antropológicos”, elas propõem que o desenho é uma técnica eficaz de pesquisa para com as crianças (tanto mais velhas como mais novas), na construção retórica lúdica e imagética de suas percepções de mundo, “o desenho infantil é um rico material ainda pouco valorizado”. Segundo elas:

Por fim, argumentamos que os desenhos podem revelar coisas que não conseguiríamos compreender de outra maneira, manifestando sua importância como uma técnica que possibilita o estabelecimento de diálogos diretos e reentrantes com as crianças. Eles também proporcionam a interpretação infantil sobre suas obras e seus contextos, uma autorreflexão que só em casos de trabalho de campo bem sucedido pode ocorrer. (Leite; Pires, 2021, p. 67)

As crianças possuem um universo de imaginações que acreditam piamente serem reais para elas. Isso intensifica no olhar das autoras, em um relato citado por elas:

Para a criança pequena, o desenho não representa um mal-assombro; é o mal-assombro. Uma vez, durante o trabalho de campo, uma criança desenhou um monstro-mal-assombro dizendo-me que já o tinha visto. Perguntei onde ela tinha visto aquele mal-assombro, ao que ela respondeu que ali não existia monstro. Indaguei: “E como foi que já viu um?” E ela respondeu: “Eu desenhei!” (2021 apud PIRES, 2011.307)

E neste sentido, o desenho em si não aparece apenas como uma representação, mas também como uma própria criação. Como as próprias autoras mencionam o desenho traz a própria existência do fato que querem apresentar “desenhar, neste caso, é contar algo que pode, inclusive, não existir até que o desenho fique pronto”. Na observação antropológica, o desenho auxilia na pesquisa como um jeito de acessar as percepções dos sujeitos. É julgado por elas o fato de as crianças possuírem sim papel de excelência na socialização:

Não faz sentido descartar as idéias das crianças como imaturas, ou afirmar que elas não entendem o que de fato está acontecendo. As crianças têm que viver suas vidas a partir dessa compreensão, assim como os adultos o fazem; suas idéias estão baseadas em suas experiências e portanto são igualmente válidas. O desafio para o antropólogo é analisar o processo que torna possível que as crianças levem a vida efetivamente a partir de idéias que são uma inversão daquelas abraçadas por seus pais e outros adultos. (2021 apud TOREN, 1993, p. 463)

Toren revela as vantagens de utilizar a técnica de desenhos, explica que funciona como uma forma de deixar as crianças à vontade. Diz ainda ocorrer com mais facilidade e naturalidade diálogos entre elas a partir dos desenhos. O valor para toda análise antropológica neste âmbito, procura perceber o ponto de vista das crianças, que se torna revelador do mundo tal como é vivido por elas, neste sentido, é tão eficaz quanto caso se comparado com o sentido atribuído pelos adultos, as crianças expressam tão bem quanto os adultos sua concepção de mundo. Nessa percepção sobre o mundo se encontraria incompleta se descartasse o papel das crianças.

O artigo de Leite e Pires se dedicou a analisar o uso dos desenhos como técnica de pesquisa na antropologia e sua inserção nos textos antropológicos. Elas perceberam que deste modo conseguiram, uma forma eficaz de se aproximar das questões colocadas e vividas cotidianamente pelas crianças. Observaram também a literatura já existente sobre os desenhos e o ponto de vista de outras autoras e suas técnicas como o

fato de existir a percepção direta e as conversas informais ou entrevistas sobre os desenhos produzidos pelas próprias crianças. Em especial sobre a técnica utilizada pelas autoras, concluem:

Pensamos que defender o uso da técnica unicamente como uma maneira de se aproximar, estar junto das crianças, é negligenciar a potencialidade da técnica e a sua capacidade de revelar aquilo que a retórica, o corpo ou os gestos não revelam. Ademais, se as crianças dão tamanha importância ao desenho e se comunicam ou informam algo através dele, eles devem ser considerados dignos de estar nos nossos textos finais. (Leite; Pires, 2021, p.88)

Cabe destacar o fato de a antropologia utilizar a técnica sob diversas possibilidades, apesar de ser um método considerado recente, isso reforça o potencial da técnica.

O papel das crianças na antropologia

A antropóloga Flávia Pires, em seu texto “O que as crianças podem fazer pela antropologia?”, desenvolve diálogos com diversos autores, sendo eles: Marilyn Strathern; Christina Toren; Tim Ingold; Thomas Csordas e Margaret Mead; e a partir dessas considerações a respeito das crianças, conduzem uma revisão de conceitos vitais da história dessa disciplina.

Pires faz reflexões a partir dos pensamentos dos autores mencionados. De modo evidencia suas questões relacionadas com a importância de que cada um destes deu sobre a formação cultural e social dos seres humanos e as distintas observações que cada um aponta a partir desse assunto.

Ela ressalta a tentativa de Margaret Mead conciliar a biologia individual e uma tendência cultural coletiva. O acento relacionado a esta autora se dá a partir de como a cultura “molda” as disposições individuais. Ela destaca o fato de os “temperamentos” serem individuais, a cultura age sim sobre eles, embora não seja capaz de transformá-los, apesar de ser tão forte essa presença, capaz de confundir a mente das crianças e dos adultos que se sentem inadequados ao meio em que nasceram.

A autora também discorre sobre a ideia apresentada por Tim Ingold, fazendo sua crítica a respeito da socialização infantil, sendo assim:

Poderíamos dizer que às crianças são dadas as condições de crescer, mas os responsáveis pelo crescimento e desenvolvimento das crianças não são apenas os adultos. As crianças são organismos e, como tais, são agentes da sua transformação. São os adultos que promovem o meio onde as crianças crescerão, mas eles não determinam seu crescimento. (Pires, 2010 p.144)

Pires conclui o seu texto com relação ao autor pensamento, resultando em algo como as crianças são feitas, mas também se fazem, ou seja, a socialização infantil é entendida como o processo no qual as normas e os valores são superpostos ao material próprio apresentado pelas crianças está de acordo com essa ideia do fazer. Sendo este considerado um reflexo de algo externo, em contrapartida as próprias crianças são também agentes de sua transformação, ressaltando novamente o que a autora mencionou os adultos não determinam o crescimento das crianças, fato este incontrolável.

A autora acentua um aspecto de demasia importância:

A socialização poderia ser pensada como a aquisição gradativa de conhecimentos sobre determinado assunto. A criança, ser passivo, aprende. O adulto, ser ativo, ensina. A relação seria unilateral e não comportaria direções contrárias. A linha do conhecimento viria, literalmente, de cima para baixo. A cultura se adquiriria em um processo semelhante. A criança – um ser associal em quem a cultura será inculcada. O trabalho de socialização das crianças seria visto como um mecanismo progressivo de aquisição de cultura. Essa maneira de pensar repousa sobre a definição do adulto portador de cultura, do bebê enquanto ser associal e da criança enquanto ser se tornando social à medida da inculcação dos padrões de comportamento culturais de sua região natal. Nesse sentido, cultura é algo que se adquire, que está localizada no mundo dos adultos e cabe a eles passá-la adiante. A cultura teria um remetente e destinatário, assim como um endereço fixo. (Pires, 2010 p. 146)

Dessarte, desta maneira a criança seria observada como uma espécie de adestração cultural e social por meio da interferência dos adultos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: A importância das brincadeiras

O mundo infantil é riquíssimo, e a cada experiência adquire-se uma novidade diferente, sendo assim, o cheiro, o sabor, a textura, o que deve e o que não deve ser feito, são aprendidos através dos testes. Diversas vezes muito disso é conquistado por meio das brincadeiras.

A brincadeira é uma maneira de aprender de modo sutil mas concreto, pleno de especificidades culturais. E que, claro, além disso, traz intensos benefícios, como o processo de autonomia com as brincando sozinha, a construção conhecimento do mundo, que a rodeia, o aprendizado sobre viver e sonhar. Segundo o autor Gilles Brougère (1997), "(...) a brincadeira é um processo de relações interindividuais, portanto de cultura" (Brougère, 1997 p. 97). Assim sendo, por estar inserida em um contexto social e cultural desde seu nascimento, a criança, ao se relacionar com outros parceiros, vai aprendendo e se desenvolvendo. Brougère afirma que a brincadeira não é inata na criança e que esta aprende a brincar convivendo com as pessoas que cuidam dela desde pequena. Para além dos processos pedagógicos, a criança possui uma complexidade subjetiva referenciada na cultura. Seu desenvolvimento, portanto, não é uniforme e nem universal. Há distintas perspectivas sobre infância e, por conseguinte, distintas infâncias.

Em virtude aos pontos apresentados neste trabalho, podemos afirmar que ambos os autores, são de suma importância para os estudos sobre a infância. E foi a partir destes que conseguimos concluir e compreender que para tratar deste tema é necessário cautela e demasia atenção, já que como foi considerado, este período da socialização da criança possui riquíssimas observações. As crianças possuem um universo imaginário demasiadamente fértil e isso enriquece as relações sociais, como já foi tratado elas possuem a capacidade de observar muito bem aquilo que está implícito para as demais pessoas, na vida corrida dos adultos. E elas sozinhas são capazes de produzir sua própria cultura e socialização.

Foi demonstrado o quanto é importante para as questões antropológicas a presença do desenho nos estudos e na inserção no ambiente infantil.

No panorama histórico, foi observado a nítida mudança nos aspectos relacionados ao modo de criação e socialização das crianças.

Por conseguinte, não existe a definição de uma única e exclusiva infância como um fenômeno único e universal, mas o que ocorre de fato é uma espécie de variedade de infâncias.

REFERENCIAS

TASSINARI, Antonella. O que as crianças tem a ensinar a seus professores?. Antropologia em primeira mão / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis : UFSC / Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, 2011 - v.129; 22cm ISSN 1677-7174

LEITE, Emilene e PIRES, Flávia. Entendeu ou quer que eu desenhe? Os desenhos na pesquisa com crianças e sua inserção nos textos antropológicos. Horiz. Antropol. Porto Alegre, ano 27, n.60, p.61-93, maio/ago.2021

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Tradução Ruy Jungman; revisão e apresentação, Renato Janine Ribeiro. _2.ed._ Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994 2v.

ARIÈS, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Tradução Dora Flaksman. _2.ed_ Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.

PIRES, Flávia. O que as crianças podem fazer pela antropologia?. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 16, n. 34, p. 137-157, jul./dez. 2010

BROUGÈRE, Guilles. **Brinquedo e cultura**. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1997